



VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Diploma Ministerial/2019, de de 2020

Regulamenta o Apoio Monetário aos agregados familiares no âmbito da pandemia de Covid-19

No âmbito de um conjunto de medidas de combate à pobreza e estímulo económico lançadas para fazer face à Pandemia do COVID-19, o Governo aprovou o Decreto-Lei nº 15/2020, de 30 de Abril, que institui um Apoio Monetário aos “Uma Kain” timorenses, no valor de 100 dólares americanos mensais,

Sendo este Apoio Monetário uma prestação temporária, cuja duração coincide com o período de vigência do Estado de Emergência, é necessário garantir a sua disponibilização aos beneficiários no mais curto espaço de tempo em condições que sejam compatíveis com as atuais exigências de “distanciamento social”.

Por esse motivo, e de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 6.º do referido Decreto-Lei, o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão desenvolveu, em estreita colaboração com o Ministérios da Administração Estatal e com o apoio de outros departamentos e entidades públicas relevantes, tais como o Ministério das Finanças e o Ministério do Interior, um processo de discussão técnica alargado cujo resultado se aprova agora pelo presente diploma.

Iha âmbito husi medida lubuk ida atu kombate kiak no fó valór ekonómiku atu hatán ba Pandemia COVID -19, governu aprova ona dekretu-Lei n º 15/2020, husi loron 30 fulan-Abril, ne’ebé estabeselese apoiu Osan ba Uma kain ho valór mensal dólar amerikanu 100,

Tanba apoiu monetáriu ne’e, hanesan prestasaun temporária ho durasaun hanesan períodu estadu emerjénsia, presiza atu garante katak fó ba benefisiáriu sira, iha tempu badak liu ho kondisaun ne’ebé tuir ezijénsia atuál kona-ba "distansiamentu sosiál".

Tanba razaun ida ne’e, no tuir buat ne’ebé prevee iha número 1 husi artigu 6. Husi Dekretu-Lei ne’ebé refere, Ministériu Solidariedade Sosiál no Inkluzau dezenvolve, iha kolaborasaun ho Ministériu Administrasaun Estatál no ho apoiu hosi departamentu sira seluk no entidade públka ne’ebé relevante, hanesan Ministériu Finansas no Ministériu Interiór, prosesu diskusaun téknika bot ida ne’ebé rezultadu mak aprova iha diploma ida ne’e.

O diploma estabelece, de forma clara e realista, as regras necessárias à boa implementação deste Apoio Monetário, nomeadamente no que respeita aos procedimentos de determinação dos beneficiários, notificação, pagamento, e reclamação, bem como à definição de responsabilidades assumidas pelos diferentes departamentos e entidades públicas envolvidas no processo.

Assim, o Governo, pela Ministra da Solidariedade Social e Inclusão e pelo Ministro da Administração Estatal manda, ao abrigo do previsto nos artigos 2.º, 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9/2019, de 15 de maio, da e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, publicar o seguinte diploma:

Secção I **Disposições Gerais**

Artigo 1.º **Objeto**

1. O presente diploma tem por objeto regulamentar o Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, que cria um Apoio Monetário aos agregados familiares no âmbito da pandemia de Covid-19, doravante designado de Apoio Monetário.
2. Nos termos do previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, o Apoio Monetário assume a forma de uma prestação pecuniária periódica, de montante único e de carácter temporário e tem como objetivo apoiar os “Uma Kain” na resposta às suas necessidades imediatas decorrentes das medidas restritivas relacionadas com a pandemia de COVID-19, bem como na sua recuperação após o levantamento das mesmas.
3. De acordo com o previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 15, de 30 de Abril, o montante do Apoio Monetário é fixado em 100 dólares americanos por mês, por “Uma Kain” beneficiário.

Diploma ne'e estabelese, ho forma ida ne'ebé klaru no realista, regra sira ne'ebé presiza ba implementasaun ne'ebé di'ak husi Apoio Osan ne'e, liuliu kona-ba prosedimentu determinasaun ba benefisiáriu sira, notifikasaun, pagamentu no reklamasaun, no mós ba definisaun ba responsabilidade husi departamentu oin-oin no entidade públka ne'ebé envolve iha prosesu ne'e.

Nune'e, Governu, liu husi Ministra Solidariedade Sosiál no Inkluzau no hosi Ministru Administrasaun Estatál haruka, tuir prevee iha artigu 2, 4 no 5. º husi dekretu-lei n. º 9/2019, lora 15 fulan-Maiu, no artigu 7. dekretu-Lei n. º 15/2020 ne'e, lora 30 fulan-Abril, publika diploma tuir mai:

Seksaun I **Dispozisaun Jerál sira**

Artigu 1.º **Objetu**

1. Diploma ida ne'e iha objetivu atu regula Dekretu-Lei n. º 15/2020, husi lora 30 fulan -bril, ne'ebé kria Apoio Osan ba Uma-kain sira iha ámbitu pandemia Covid-19, ne'ebé ba oin bolu Apoio Osan.
2. Tuir prevee iha artigu 1 husi dekretu-Lei n. º 15/2020, husi lora 30 fulan-Abril, Apoio Osan sai hanesan prestasaun osan periódika, ho montante ne'ebé úniku no ho carácter temporáriu no ninia objetivu atu apoia Uma-kain iha resposta ba nesesidade ne'ebé mosu tanba medida restritivu ne'ebé iha relasaun ho pandemia COVID-19, nune'e mós ninia rekuperasaun bainhira para medida sira ne'e.
3. Tuir prevee iha artigu 5. º husi dekretu-Lei n. º 15, husi lora 30 fulan-Abril, montante hosi Apoio Osan fiksa ba dólar amerikanu 100 kada fulan ba kada Uma-kain ne'ebé benefisiáriu.

Artigu 2.º

Artigo 2.º
Entidades implementadoras

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, compete ao Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSS), em estreita colaboração com o Ministério da Administração Estatal (MAE), O Ministério das Finanças e o Ministério do Interior, os Sucos, as Administrações e Autoridades Municipais, e a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno, as ações necessária à implementação do presente diploma.

Secção II
Determinação dos Beneficiários do Apoio Monetário

Subsecção I
Beneficiários do Apoio Monetário

Artigo 3.º
Beneficiários

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, e sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, são beneficiários do Apoio Monetário os “Uma Kain”:

- a) que se encontrem registados no “Livro de Registo de Uma Kain” de um dos Sucos do território nacional, nos termos do previsto no Diploma Ministerial n.º 49/2017, de 23 de Agosto, do Ministro da Administração Estatal, e do artigo 4.º, e;
- b) que se encontrem em território nacional aquando do pagamento do mesmo, nos termos do previsto no artigo 5.º.

Artigo 4.º
“Uma Kain” Registados

Entidade implementasaun

Tuir prevee iha número 1 husi artigu 6 dekretu-Lei n.º 15/2020, husi lora 30 fulan-Abril, kompete ba Ministériu Solidariedade Sosiál no Inklusaun (MSS), iha kolaborasaun ho Ministériu Administrasaun Estatál (MAE), Ministériu Finansas no Ministériu Interiór, Suku sira, Administrasaun no Autoridade Munispál sira, no Autoridade Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno, asaun ne’ebé nesesáriu atu halo implementasaun ba diploma ida ne’e.

Seksaun II
Determinasaun husi Benefisiáriu sira ba Apoiu Osan

Subseksaun I
Benefisiáriu sira husi Apoiu Osan

Artigu 3.º
Benefisiáriu sira

Tuir prevee iha número 1 husi artigu 2º husi dekretu-Lei n.º 15/2020, husi lora 30 fulan-Abril, no laho prejuízu ba dispostu iha artigu tuir mai ne’e, sira tuir mai mak beneficiáriu husi Apoiu Osan ba Uma-kain:

- a) ne’ebé mak rejista ona iha "Livru rejistu Uma-kain" husi suku ida iha territóriu nasional, tuir prevee ona iha Diploma Ministeriál n.º 49/ 2017, husi lora 23 fulan-Agostu, husi Ministru Administrasaun Estatál, no artigu 4, no;
- b) ne’ebé hela iha territóriu nasional bainhira hala’o pagamentu, tuir prevee iha artigu 5.

Artigu 4.º
Uma-kain ne’ebé rejista ona

Tuir prevee iha alínea a) hosi número 3 husi artigu 2º husi dekretu-Lei n.º

Nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, consideram-se, para efeitos de atribuição do Apoio Monetário, registados no “Livro de Registo de Uma Kain” de um dos Sucos do território nacional:

- a) os “Uma Kain” registados no Livro de Uma Kain à data de 31 de março de 2020, ou,
- b) excepcionalmente, os “Uma Kain” registados no “Livro de Registo de Uma Kain” até à data de encerramento da Lista de Uma Kain do respetivo Suco e envio da mesma aos Administradores de Posto Administrativo, ou Presidente da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno, consoante o caso.

Artigo 5.º

Presença em território nacional no momento do pagamento

1. Nos termos do previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, caso nenhum dos elementos do “Uma Kain” esteja presente em território nacional aquando do pagamento, procede-se à sua exclusão do pagamento da prestação em causa.
2. Considera-se que não estão presentes em território nacional aquando do pagamento, os “Uma Kain” que não se façam representar no período e local definido para o pagamento do Apoio Monetário e que não apresentem, no prazo máximo de 5 dias a contar da data de encerramento dos pagamento, e através do preenchimento de formulário próprio, justificação admissível, para a sua ausência ou impedimento.
3. Para efeitos do previsto no número anterior, considera-se justificação admissível as situações de ausência ou impedimento que impossibilitem o representante de comparecer na data marcada ao ato de pagamento do Apoio Monetário, nomeadamente as previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 7.º.
4. O processo de justificação segue, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo 19.º para a decisão de reclamações.

15/2020, husi loron 30 fulan-Abríl, konsidera, kona ba atu fó Apoiu Osan, katak rejista iha "Livru Rejistu Uma-kain" iha suku ida iha territóriu nasional:

- a) Uma-kain ne'ebé rejista iha Livru Uma-kain to'o loron 31 fulan-Marsu tinan 2020, ka
- b) excesionalmente, Uma-kain ne'ebé rejistu iha "Livru rejistu Uma-kain" molok taka Lista Uma-kain iha Suku no haruka Lista ba Administradór Postu Administrativo, ka Prezidente Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno ne'e, tuir kazu.

Artigo 5.º

Prezensa iha territóriu nasional iha momentu pagamentu

1. Tuir prevee iha alínea b) número 3 husi artigo 2.º husi dekretu-Lei n.º 15/2020, husi loron 30 fulan-Abríl, kazu la iha elementu ruma husi Uma-kain ne'ebé marka prezensa iha territóriu nasional iha momentu pagamentu, hetan eskluzaun husi pagamentu husi prestasaun.
2. Konsidera katak la marka prezensa iha territóriu nasional bainhira pagamentu, Uma-kain sira ne'ebé la haruka representante iha tempu no fatin ne'ebé define ba pagamentu Apoiu Osan no la hatudu, iha prazu másimu loron 5 nia laran hosi loron taka pagamentu ne'e, no liu husi formuláriu ne'ebé iha, justifikasaun ne'ebé di'ak, ba sira-nia auzénsia ka impedimentu.
3. Ba efeito ne'ebé prevee iha número anteriór, konsidera nudar justifikasaun di'ak situasaun auzénsia ka impedimentu ne'ebé mak la fó dalan ba representante atu marka prezensa iha loron ne'ebé hala'o pagamentu Apoiu Osan, liuliu sira-ne'ebé define iha alínea a) to'o d) hosi número 2 husi artigo 7.
4. Prosesu justifikasaun tuir, ho adaptasaun sira ne'ebé nesesáriu, prosedimentu sira ne'ebé prevee iha artigo 19 kona ba halo desizaun kona ba reklamasau.

Artigo 6.º
Exclusões

Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, não beneficiam do Apoio Monetário os “Uma Kain” em que pelo um menos dos seus elementos aufera mensalmente e de forma regular, de rendimentos provenientes de trabalho em instituições públicas ou entidades privadas, de rendimentos empresarias, de rendimentos prediais ou de prestações sociais, provenientes de regimes contributivos, não contributivos ou especiais, em montante mensal superior a 500 dólares americanos.

Artigo 7.º
Representação do “Uma Kain”

1. Nos termos do previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, em todos os atos e procedimentos relacionados com a atribuição e pagamento do Apoio Monetário, considera-se representante do “Uma Kain” a pessoa que esteja registada no “Livro de Registo de uma Kain” como Chefe de Família ou, na sua ausência ou impedimento, outro elemento do mesmo “Uma Kain”, preferencialmente mulher, com idade igual ou superior a 18 anos, de acordo com os números seguintes.
2. Consideram-se fundamento bastante para substituição do representante do “Uma Kain” as situações de ausência ou impedimento que o impossibilitem de comparecer no período marcada para o pagamento do Apoio Monetário, nomeadamente:
 - a) Deslocação, por motivos de trabalho, para fora do município de residência;
 - b) Doença ou condição que implique hospitalização, isolamento em local específico ou em casa;
 - c) Não coabitação com o “Uma Kain”, no momento do pagamento do Apoio Monetário, por motivo de separação de facto; ou
 - d) Morte do representante do agregado familiar.
3. A escolha do substituto deve ter em conta o previsto no n.º 1 e ser efetuada:

Artigo 6.º
Eskluzaun

Tuir prevee iha número 2 husi artigu 2 º husi dekretu-Lei n. º 15/2020, husi loron 30 fulan-Abríl, la hetan benefísiu hosi Apoiu Monetáriu Uma-kain sira ne’ebé pelumenu sira nia elementu ida hetan fulan-fulan no regular, rendimentu servisu iha instituisaun públika sira ka entidade privada sira, rendimentu negósiu, rendimentu prediál ka prestasaun sosiál, husi rejime kontributivu, la’ós kontributivu ka espesiál, iha montante mensál ne’ebé liu dolar amerikanu 500.

Artigu 7.º
Reprezentasaun husi Uma-kain

1. Tuir prevee iha artigu 3. º dekretu-Lei n. º 15/2020, husi loron 30 fulan-Abríl, iha atos no prosedimentu hotu-hotu ne’ebé relaciona ho atribuisaun no pagamentu husi Apoiu Osan ne’e, konsidera nudar reprezentante ba Uma-kain ema ne’ebé daudaun rejista iha "Livru rejistu Uma-kain " nu’udar xefe Família, ka karik nia la iha, ka elementu sira seluk husi Uma-kain, liu liu fetu, ho idade ne’ebé hanesan ka aas liu tinan 18, tuir número sira tuir mai ne’e.
2. Konsidera nu’udar fundamentu ba substituisaun hosi reprezentante Uma-kain, situasaun auzénsia ka impedimentu ne’ebé la fó dalan ba sira atu marka prezensa iha período ne’ebé define ba pagamentu Apoiu Osan, liuliu:
 - a) Viajen tanba motivu servisu, sai husi munisípiu ne’ebé nia hela;
 - b) Moras ka kondisaun ne’ebé obriga atu baixa iha ospitál, izolamentu iha fatin espesífiku ka iha uma;
 - c) La hela hamutuk iha Uma-kain, iha momentu pagamentu Apoiu Osan, separasaun de facto; ka
 - d) reprezentante husi Uma-kain mate.
3. Atu hili substitutu tenke haree ba buat ne’ebé prevee iha número 1 no sei hala’o:

- | | |
|--|---|
| <p>a) Mediante designação, por escrito, assinado pela pessoa registrada como representante do “Uma Kain” ou</p> <p>b) Mediante pedido formulado, por escrito, assinado pela maioria dos elementos maiores do “Uma Kain”.</p> <p>4. Compete ao Chefe de Suco, emitir declaração que ateste a substituição do Chefe de Família enquanto representante do “Uma Kain”, mediante pedido fundamentado nos termos do previsto nos números anteriores.</p> | <p>a) Liu husi hakerek no asina husi ema ne’ebé rejista nudar representante Uma-kain ka</p> <p>b) Liu husi pedidu ne’ebé apresenta, liu husi hakerek no asina ona hosi maioria husi elementu sira husi "Uma-kain."</p> <p>4. Kompete ba Xefe Suku, hasai deklarasaun ne’ebé ateste substituisaun husi Xefe Família nu’udar representante Uma-kain, liu husi pedidu ho fundamentu tuir buat ne’ebé prevee iha número anteriór.</p> |
|--|---|

Subsecção II
Listas de “Uma Kain”

Artigo 8.º

Elaboração das listas de “Uma Kain”

1. Cada Suco, através dos respetivos Chefes de Aldeia, prepara as listas de “Uma Kain”, com a identificação de cada Chefe de Família, tendo por base a informação da ficha de família do “Livro de Registo de Uma Kain”, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 49/2017, de 23 de Agosto, do MAE.
2. A lista de “Uma Kain” identifica o Chefe de Família pelo nome, pelo número de cartão eleitoral e Aldeia de residência.
3. Os Sucos, estabelecidos nos Municípios e na RAEOA, preparam as listas de “Uma Kain”, elaboradas nos termos dos números anteriores, até à data de 08 de Maio de 2020.

Artigo 9.º

Consolidação de listas de “Uma Kain” e envio ao MSSI

1. Após a data prevista no artigo anterior, cada Suco, através do Chefe de Suco, envia a lista de “Uma Kain” ao Administrador do Posto Administrativo com jurisdição sobre o território do respetivo Suco, e no caso da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno, ao Presidente da Autoridade desta região.
2. O Administrador do Posto Administrativo ou o Presidente da Autoridade, consoante o caso, recebem as listas de “Uma Kain” provenientes de

Subseksaun II
Lista sira husi Uma-kain

Artigu 8.º

Preparasaun ba lista husi Uma-kain

1. Kada suku, liu- husi Xefe Aldeia, prepara lista ba Uma-kain, ho identifikasaun ba Xefe Família ida-idak, bazeia ba informasaun husi fixa família husi "Livru Rejistu Uma-kain", ida ne’ebé aprova ona husi Diploma Ministerial 49/ 2017, husi loron 23 fulan-Agostu, husi MAE.
2. Lista Uma-kain identifika Xefe Família nia naran, número kartaun eleitorál no Aldeia ne’ebé nia hela.
3. Suku sira, ne’ebé estabelese iha Munisípiu sira no RAEOA prepara lista, Uma-kain, tuir número anteriór sira, to’o iha loron 08 fulan-Maiu tinan 2020.

Artigu 9.º

Konsolidasaun husi lista Uma-kain sira no haruka ba MSSI

1. Hafoin liu tiha data ne’ebé prevee iha artigu liu ba, kada Suku, liu husi Xefe Suku, haruka lista Uma-kain ba administradór Postu Administrativu ho jurisdisaun ba ninia suku, no iha kazu Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno, ba prezidente Autoridade rejiaun ida ne’e nian.
2. Administradór husi Postu Administrativu ka Prezidente Autoridade nian, tuir kazu, simu lista Uma-kain ne’ebé mai husi Suku ida-idak, no halo

cada Suco, e procedem, de imediato, à consolidação das mesmas, produzindo uma lista de “Uma Kain” consolidada ao nível do Posto Administrativo e da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno.

3. O Administrador do Posto Administrativo envia a lista de “Uma Kain” consolidada ao Administrador Municipal ou Presidente da Autoridade Municipal.
4. O Administrador Municipal ou Presidente da Autoridade Municipal receciona as listas de “Uma Kain” provenientes de cada posto Administrativo e procede, de imediato, à consolidação das mesmas, produzindo uma lista de “Uma Kain” consolidada ao nível do Município ou da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno, consoante o caso.
5. Os Administradores Municipais, os Presidentes das Autoridades Municipais, e o Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno, enviam as listas de “Uma Kain” consolidadas ao nível do município ou região, consoante o caso, ao Director-Geral da Descentralização Administrativa, do MAE, até às 24:00 do dia 11 de Maio de 2020.
6. O Director-Geral da Descentralização Administrativa do MAE reencaminha, até às 17:00 do dia 12 de Maio, as listas de “Uma Kain” de cada Município e da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno, acompanhadas da respetiva versão digital, ao Director-Geral da Solidariedade Social e Inclusão do MSSI.

Subsecção III

Lista de Beneficiários do Apoio Monetário

Artigo 10.º

Exclusão de “Uma Kain ” em função do rendimento

1. Para efeitos do previsto no artigo 6.º, o MSSI procede ao cruzamento dos dados constantes das listas de “Uma Kain” encaminhadas pelo MAE, com as bases de dados de:

kedas nia konsolidasaun ho halo lista Uma-kain consolidada iha nivel Postu Administrativu no Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno.

3. Administradór Postu Administrativu haruka lista Uma-kain consolidada ba Administradór Munisipál ka Prezidente Autoridade Munisipál.
4. Administradór Munisipál ka Prezidente Autoridade Munisipál simu lista Uma-kain ne’ebé mai husi postu administrativu ida-idak no halo lailais konsolidasaun ba lista hirak ne’e, no halo lista Uma-kain consolidada ba nível Munisípiu ka Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno, tuir kazu.
5. Administradór Munisipál Sira, Prezidente Autoridade Munisipál Sira, no Prezidente Autoridade Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno, haruka lista Uma-kain consolidada iha nível munisípiu ka rejiaun, tuir kazu, ba Diretór-gerál Desentralizasaun Administrativa, husi MAE, to’o tuku 24:00 loron 11 fulan-Maiu tinan 2020.
6. Diretór-gerál Desentralizasaun Administrativa husi MAE haruka fali, to’o tuku 17:00 loron 12 fulan-Maiu, lista Uma-kain husi Munisípiu ida-idak no Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno, hamutuk ho nia versaun dijital, ba Diretór-gerál Solidariedade Sosiál no Inkluzsaun MSSI nian.

Subseksaun III

Lista husi Benefisiáriu sira ba Apoiu Osan

Artigu 10.º

Eskluzsaun husi Uma-kain tanba rendimentu

1. Ba efektu ne’ebé prevee iha artigu 6, MSSI halo kruzamentu ba dadus sira ne’ebé halo husi lista Uma-kain ne’ebé husi MAE, ho baze de dadus:
 - a) Rejistu pagamentu kontribuisaun no prestasaun iha Sistema

- a) Registo de pagamento de contribuições e prestações no âmbito do Sistema de Segurança Social Contributivo, geridas pelo INSS;
 - b) Registo de pagamento de impostos sobre o rendimento e de pagamento de Pensões Vitalícias aos Ex-Deputados e Ex-Titulares de Órgãos de Soberania, geridas pelo Ministério das Finanças;
 - c) Registo de pagamento de pensões aos Antigos Combatentes e Familiares dos Mártires da Libertação Nacional, gerida pelo Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional.
2. Com base no resultado do cruzamento de dados, o MSSI procede à exclusão dos “Uma Kain” que se enquadrem na cláusula de exclusão prevista no artigo 6.º.

Artigo 11.º
Decisão

1. Efetuado o cruzamento de dados a que se refere o artigo 10.º, o MSSI produz uma “Lista de Beneficiários do Apoio Monetário”, onde constam os “Uma Kain”, cujos processos de Apoio Monetário estejam em condições de ser deferidos, ordenada em função do Suco e Aldeia de residência dos mesmos.
2. O MSSI produz também uma “Lista de Uma Kain Excluídos”, onde constam os “Uma Kain” cujos processos de Apoio Monetário devam ser indeferidos, também ordenada em função do Suco e Aldeia de Residência dos mesmos, e acompanhada da respetiva fundamentação.
3. A Listas a que se referem os números 1 e 2 são aprovadas por Despacho do Diretor-Geral da Solidariedade Social e Inclusão do MSSI.

Artigo 12.º
Publicidade

1. No prazo máximo de 2 dias a contar da aprovação do Despacho a que se refere o número 3 do artigo anterior, os Centros de Solidariedade Social do MSSI nos municípios, fazem chegar a cada Suco cópia dos despachos e das

- Seguransa Sociál Kontributivu, ne’ebé jere husi INSS;
 - b) Rejistu selu taxa kona-ba rendimentu no pagamentu Pensaun Vitalísia ba eis-deputadu no eis-titulár órgaun Soberania nian, ne’ebé jere husi Ministériu Finansas;
 - c) Rejistu pagamentu pensaun nian ba Antigu Kombatente no Familiár husi Mártir sira Libertasaun Nasionál Nian, ne’ebé Ministériu Asuntu Kombatente Libertasaun Nasionál mak jere.
2. Bazeia ba rezultadu husi kruzamentu husi dadus ne’e, MSSI halo eskluzaun ba Uma-kain sira ne’ebé tama iha kláuzula eskluzaun ne’ebé prevee iha artigo 6.

Artigo 11.º
Desizaun

1. Bainhira halo ona kruzamentu dadus ne’ebé refere iha artigo 10, MSSI prepara "Lista Benefisiáriu Apoiu Osan", ne’ebé inklui Uma-kain sira ne’ebé sira nia prosesu Apoiu Osan iha kondisaun aprovaudu, organiza tuir suku no Aldeia husi sira nia uma.
2. Tuir ida ne’e MSSI prodús mós “Lista husi Uma-kain Eskluídu”, iha ne’ebé inklui Uma-kain, ne’ebé nia prosesu Apoiu Osan tenke indeferidu, organiza tuir orden husi sira nia suku no Aldeia, no hamutuk ho nia fundamentasaun.
3. Lista ne’ebé refere iha número 1 no 2 hetan aprovasaun liu husi Despaxu husi Diretór-gerál Solidariedade Sociál no Inkluzau MSSI nian.

Artigo 12.º
Publisidade

1. Iha prazu másimu loron 2 hosi aprovasaun Despaxu ne’ebé refere iha número 3 artigo anteriór nian, Sentru Solidariedade Sociál MSSI nian iha munisípiu sira, haruka ba kada Suku kópia husi despaxu sira no lista

listas correspondentes ao respetivo Suco.

2. Os despachos e respetivas listas são afixados no quadro de aviso do edifício sede do Suco, de forma contínua, até 15 dias após a finalização do pagamento.

Secção III **Pagamento do Apoio Monetário**

Artigo 13.º **Pagamento**

1. O pagamento do Apoio Monetário é realizado, nos Sucos, ou nas Aldeias do mesmo Suco, aos representantes dos “Uma Kain” beneficiários residentes do mesmo, de acordo com um calendário aprovado nos termos do previsto no n.º 5.
2. O pagamento é efetuado pelas Equipas de Pagamento criadas para o efeito, nos termos do previsto nos artigos 14.º e 15.º.
3. O pagamento é efetuado pela entrega do valor da prestação mensal em numerário ao representante do “Uma Kain”, mediante a apresentação do respetivo cartão eleitoral e contra a assinatura de um comprovativo de pagamento.
4. Nas situações em que haja substituição do representante do “Uma Kain”, nos termos previstos no artigo 7.º, deve o novo representante apresentar à equipa de pagamento o respetivo cartão eleitoral e a declaração do Chefe de Suco, emitida nos termos previsto no n.º 4 do artigo 7.º.
5. O calendário de pagamento do Apoio Monetário para cada Suco e respetivas Aldeias é aprovado por despacho do Ministro da Solidariedade Social e Inclusão após consulta com os Ministérios das Finanças e da Administração Estatal e tendo em conta a dimensão territorial do Suco, o correspondente número de Aldeias, o número de beneficiários do Apoio Monetário e o tempo estimado de duração de cada pagamento.

Artigo 14.º

ne’ebé korresponde ba Suku.

2. Despaxu no lista sira sei tara iha kuadru avizu iha edifisiu sede suku, ho forma kontínua, to’o loron 15 hafoin finalizaun husi pagamentu.

Seksaun III **Pagamentu husi Apoiu Osan**

Artigu 13.º **Pagamentu**

1. Pagamentu husi Apoiu Osan hala’o, iha suku ka Aldeia sira husi suku ida, ba representante sira husi Uma-kain benefisiáriu ne’ebé hela iha ne’eba, tuir kalendáriu ida ne’ebé aprova tuir prevee iha número 5.
2. Pagamentu hala’o husi Ekipa Pagamentu ne’ebé kria ba efeito ne’e, tuir prevee iha artigu 14.º no 15.
3. Pagamentu hala’o liu husi entrega husi valór prestasaun mensál ho osan ba representante Uma-kain, liu husi apresentasaun husi ninia kartaun eleitorál no ninia assinatura ba komprovativu pagamentu.
4. Iha situasaun ne’ebé iha substituisaun husi representante Uma-kain, tuir prevee iha artigu 7, representante foun tenke hato’o ba ekipa pagamentu kartaun eleitorál no deklarasaun husi Xefe Suku, tuir prevee iha número 4, husi artigu 7.
5. Kalendáriu pagamentu Apoiu Osan ba kada Suku no Aldeia aprova liu husi despaxu husi Ministru Solidariedade Sosiál no Inkluzo hafoin halo konsulta ho Ministériu Finansas no Administrasaun Estatál no haree ba dimensaun territoriál husi Suku, Aldeia, número husi benefisiáriu sira husi Apoiu Osan no tempu ne’ebé estima ba durasaun pagamentu ida-idak nian.

Artigu 14.º

Equipa de Pagamento

1. As Equipas de Pagamento do Apoio Monetário, doravante designadas por Equipas de Pagamento, são criadas por despacho do Director-Geral Solidariedade Social e Inclusão, após indigitação dos respetivos elementos, por parte dos Ministérios relevantes.
2. O despacho designa, por Suco, os elementos que a compõem e as respetivas funções, designando um responsável da equipa.
3. Cada equipa de pagamento é constituída, pelo menos, por:
 - a) Um técnico do MSSI;
 - b) Um técnico do MAE/PAAS;
 - c) Chefe da respectiva Aldeia;
 - d) Um elemento da PNTL;
 - e) Um elemento das F-FDTL;
4. De modo a garantir maior celeridade no processo, o número de elementos das equipas pode ser aumentado, aquando da designação ou durante o período de pagamento, tendo em conta o número de beneficiários, o número de Aldeias ou a dimensão territorial do Suco, ou de situações específicas que possam atrasar o processo.
5. Acompanham as Equipas de Pagamento, o Chefe do Suco, relativamente a todos os pagamentos que digam respeito ao seu Suco.
6. Cada equipa de pagamento efetua o pagamento do Apoio Monetário num Suco e respetivas Aldeias, conforme o calendário previamente aprovado.

Artigo 15.º

Procedimentos de pagamento

- A Equipa de Pagamento procede ao atendimento das pessoas que se dirijam ao processo de pagamento, e realiza as seguintes operações:
- a) Confirmação da identidade da pessoa, pela verificação do respetivo cartão eleitoral ou bilhete de identidade;
 - b) Confirmação de que a pessoa figura na "Lista de Beneficiários do Apoio Monetário" do respetivo Suco e Aldeia, enquanto representante de um

Ekipa Pagamentu

1. Ekipa Pagamentu Apoiu Osan, ba oin hanaran Ekipa Pagamentu, kria husi despaxu husi Diretór-gerál Solidariedade Sosiál no Inkluzau, hafoin indijitasaun ba elementu sira, husi Ministériu relevante sira.
2. Despaxu dezigna, tuir Suku, elementu sira ne'ebé mak parte husi ekipa no sira nia funsaun, no define mós responsável ida ba kada ekipa.
3. Ekipa Pagamentu ida-idak tenke inklui pelumenus:
 - a) Tékniku ida husi MSSI;
 - b) Tékniku ida husi MAE/PAAS;
 - c) Xefe Aldeia ne'ebé refere;
 - d) Elementu ida husi PNTL;
 - e) Elementu ida husi F-FDTL;
4. Hodi garante lais iha prosesu ne'e, número husi membru ekipa bele aumenta, iha momentu dezignasaun ka durante períodu pagamentu, haree ba número husi beneficiáriu sira, número husi Aldeia sira ka dimensaun territoriál suku, ka iha situasaun spesífika sira ne'ebé bele satan prosesu ne'e.
5. Tenke akompaña Ekipa Pagamentu, Xefe Suku, kona-ba pagamentu hotu-hotu iha ninia suku.
6. Ekipa Pagamentu ida-idak halo pagamentu Apoiu Osan iha Suku no Aldeia, tuir kalendáriu ne'ebé hetan aprovasaun.

Artigo 15.º

Prosedimentu pagamentu

- Ekipa Pagamentu halo atendimento ba ema sira ne'ebé tuir prosesu pagamentu, no hala'o operasaun sira hanesan tuir mai:
- a) Konfirmasaun identidade ema nian, liu husi verifikasaun ba ninia kartaun eleitoral ka billete identidade;
 - b) Konfirmasaun katak ema ne'e tama iha "Lista Beneficiáriu Apoiu Osan" husi ninia Suku no Aldeia, nu'udar representante Uma-kain;

- “Uma Kain”;
- c) Preenchimento do comprovativo de pagamento digital com informação adicional do “Uma Kain” e da pessoa que o representa;
 - d) Entrega da prestação do Apoio Monetário correspondente;
 - e) Registo fotográfico do documento de identificação utilizado e do representante do “Uma Kain”;
 - f) Assinatura digital do comprovativo de pagamento pelo representante do “Uma Kain” e pelo membro da equipa que realiza o pagamento, confirmando o recebimento da prestação e a restante informação aí constante.

Artigo 16.º

Pagamento por transferência bancária

1. Após o primeiro pagamento, e caso estejam reunidas as condições para tal, podem as restantes prestações mensais devidas, serem pagas mediante transferência para a conta bancária por este indicada e de que seja titular um dos membros do “Uma Kain”.
2. No caso previsto no número anterior, o pagamento segue, com as devidas adaptações, os procedimentos previstos no presente diploma.

Artigo 17.º

Não realização do pagamento

1. Não há lugar ao pagamento do Apoio Monetário sempre que:
 - a) O “Uma Kain” não se faça representar no período e local do pagamento do Apoio Monetário, nos termos do previsto nos artigos 5.º e 7.º do presente diploma;
 - b) O representante do “Uma Kain” não apresente o respetivo cartão eleitoral ou bilhete de identidade, ou declaração do Chefe de Suco no caso previsto no número 5 do presente artigo;
 - c) O representante do “Uma Kain” recuse a realização de qualquer dos procedimentos de pagamento previstos no artigo anterior;
 - d) O representante do “Uma Kain” se apresente com sintomas visíveis de

- c) Preenchimento do comprovativo de pagamento digital ho informasaun adisionál husi Uma-kain no husi ema ne’ebé representa Uma-kain;
- d) Entrega prestasaun Apoiu Osan korrespondente;
- e) Rejistu fotográfico husi dokumentu identifikasaun ne’ebé hatudu no husi representante Uma-kain;
- f) Asinatura dijital husi komprovativu pagamentu nian husi representante Uma-kain no membru ekipa ne’ebé hala’o pagamentu, konfirma katak simu prestasaun no informasaun sira seluk ne’ebé iha.

Artigo 16.º

Pagamentu liu husi transferénsia bankária

1. Hafoin primeiru pagamentu, no kazu iha kondisaun hodi nune’e, prestasaun mensal sira seluk bele selu liu husi transferénsia ba konta bankária ne’ebé hatudu ne’ebé membru ida husi Uma-kain mak titular.
2. Iha kazu ne’ebé prevee iha número anteriór, pagamentu tuir, ho adaptasaun ne’ebé nesesáriu, prosedimentu sira ne’ebé prevee iha diploma ida ne’e.

Artigo 17.º

La hala’o pagamentu

1. La iha pagamentu ba Apoiu Osan bainhira:
 - a) Uma-kain la iha representante iha tempu no fatin pagamentu Apoiu Osan, tuir prevee iha artigo 5.º no artigo 7 husi diploma ne’e;
 - b) Representante husi Uma-kain la apresenta kartaun eleitorál ka billete identidade, ka deklarasaun Xefe Suku iha kazu ne’ebé prevee iha número 5 husi artigo ida ne’e;
 - c) Representante husi Uma-kain la tuir prosedimentu pagamentu ne’ebé prevee iha artigo anteriór;
 - d) Representante husi Uma-kain mai ho sintoma konsumu alkol ka

consumo de álcool ou sob o efeito de drogas, seja portador de qualquer arma ou que, por qualquer forma, perturbe a ordem e a disciplina, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal.

2. As situações de não realização do pagamento são registadas em formulário próprio, indicando o motivo da sua não realização, e sendo assinado por dois elementos da Equipa de Pagamento.
3. Os “Uma Kain” a quem seja recusado o pagamento ao abrigo do n.º 1 e que venham a reunir as condições para a sua realização dentro do calendário de pagamento do Suco, podem dirigir-se novamente ao processo de pagamento, na data marcada para o efeito.
4. Os “Uma Kain” a quem seja recusado o pagamento podem apresentar reclamação, nos termos previstos no presente diploma.
5. Nas localidades recentemente afectadas por desastres naturais, em que o representante da “Uma Kain” não disponha de nenhum dos documentos de identificação previstos na alínea b), do número 2, porque extraviados por causa daqueles desastres, pode o Chefe de Suco emitir declaração que comprove a qualidade de representante da respectiva Uma Kain, a qual vale como título bastante para a recepção do pagamento.

Artigo 18.º

Relatório dos pagamentos

1. As Equipas de Pagamento produzem e encaminham ao MSSI relatórios diários dos procedimentos de pagamento efetuados, das situações de não realização de pagamentos registadas, e de outras situações relevantes, concluído com um balanço contabilístico do pagamento e um balanço do cumprimento do calendário previsto.
2. Imediatamente após a conclusão do processo de pagamento, as Equipas de Pagamento produzem e submetem ao Diretor-Geral da Solidariedade Social e Inclusão do MSSI, o relatório final do processo de pagamento, através do Centro de Solidariedade Social do MSSI no respetivo Município ou através

efeitu droga, kaer arma ruma ka, husi meius ruma, halo perturbasaun ba orden no dixiplina, laho' prejuizu ba responsabilidade krimonál.

2. Situasaun la hala' o pagamentu hetan rejistu iha formuláriu, ne'ebé indika razaun tanba la hala' o, no asina husi elementu rua husi ekipa Pagamentu.
3. Uma-kain sira ne'ebé la hetan pagamentu pagamentu tuir número 1 ne'ebé bele tuir kondisaun hodi hetan pagamentu durante kalendáriu pagamentu suku, tenke ba fali ba prosesu pagamentu, iha loron ne'ebé define hodi nune'e.
4. Uma-kain sira ne'ebé hetan rekuza ba pagamentu bele hato'o reklamasau, tuir prevee iha diploma ida ne'e.
5. Iha fatin foin lailais hetan afetadu husi dezastre naturais, ne'ebé representante Uma-kain la iha dokumentu identifikasaun sira ne'ebé prevee iha alínea b), número 2, tanba lakon ka estraga tanba dezastre, xXfe Suku bele hasai deklarasaun ne'ebé prova ninia qualidade nudar representante husi ninia Uma-kain ne'ebé válidu atu simu pagamentu.

Artigo 18.º

Relatório husi pagamentu sira

1. Ekipa pagamentu sira prepara no haruka ba MSSI relatório diáriu husi prosedimentu pagamentu, situasaun ne'ebé la hala' o pagamentu ne'ebé rejistadu, no situasaun ne'ebé relevante sira seluk, remata ho balansu kontabilidade husi pagamentu no balansu husi kumprimentu husi kalendáriu ne'ebé prevee.
2. Hafoin remata tiha prosesu pagamentu ne'e, Ekipa Pagamentu prepara no haruka ba Diretor-geral Solidariedade Sosiál no Inkluzau MSSI nian, relatório final kona-ba prosesu pagamentu, liu husi Sentru Solidariedade Sosiál MSSI nian iha Munisípiu ka liu husi Autoridade Rejiaun Administrativa Espesiál Oecusse-Ambeno.
3. Relatório final ne'ebé refere iha número anteriór inklui balansu jerál kona-ba prosesu pagamentu, inklui pagamentu sira ne'ebé hala' o,

da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno.

3. Os relatórios finais a que se refere o número anterior contêm nomeadamente o balanço geral do processo de pagamento, incluindo pagamentos efetuados, situações de não realização de pagamentos, outras situações relevantes, um balanço contabilístico do pagamento e do cumprimento do calendário previsto, bem como cópia do comprovativo de depósito do dinheiro remanescente na conta bancária do tesouro, nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 24.º.
4. Os relatórios referidos nos números anteriores são assinados por todos os elementos que integram as Equipas de Pagamento, podendo ser registados por qualquer elemento da equipa, declarações pessoais que contradigam qualquer informação aí constante.

Seção IV Reclamações

Artigo 19.º Reclamações

1. Nos termos do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de Agosto, que aprova o Procedimento Administrativo, os particulares têm o direito de solicitar a revogação ou a modificação dos atos administrativos praticados no âmbito do presente diploma, que obstem ao recebimento do Apoio Monetário por parte do respetivo “Uma Kain”, mediante a apresentação de reclamação.
2. Podem ser apresentadas, nomeadamente, reclamações das seguintes decisões:
 - a) não inclusão do “Uma Kain” na “Lista de Beneficiários do Apoio Monetário” do Suco e Aldeia de residência;
 - b) integração do “Uma Kain” na “Lista de Uma Kain Excluídos”;
 - c) não pagamento de prestação do Apoio Monetário, nos termos do artigo 17.º;
 - d) inscrição inexata ou incorreta do representante do “Uma Kain” na “Lista de

situasaun pagamentu ne'ebé la hala'ó, situasaun ne'ebé relevante sira seluk, balansu kontabilidade husi pagamentu no kumprimentu ba kalendáriu ne'ebé prevee, no mós kópia husi komprovativu husi depóztu ba osan restu iha konta bankária tezouru nian, tuir prevee iha número 6 husi artigu 24.

4. Relatório sira ne'ebé refere iha número anteriór asina husi elementu hotu-hotu ne'ebé hola parte iha Ekipa Pagamentu, no kualkér elementu hosi ekipa bele hakerek, deklarasaun pesoál ne'ebé kontra informasaun ruma ne'ebé iha relatório.

Seksaun IV Reklamasau sira

Artigu 19.º Reklamasau sira

1. Tuir artigu 68.º deketu-Lei n.º 32/2008, husi lora 27 fulan-Agostu, ne'ebé aprova Prosedimentu Administrativu, privadu sira iha direitu atu husu revogasaun ka modifikasaun husi ato administrativu sira ne'ebé hala'ó tuir ámbitu diploma ida ne'e nian, ne'ebé taka dalan atu simu Apoiu Osan husi ninia Uma-kain, liu husi apresentasaun husi reklamasau.
2. Bele apresenta, reklamasau kona-ba desizaun hirak tuir mai:
 - a) la inklui Uma-kain iha "Lista Benefisiáriu Apoiu Osan" husi Suku no Aldeia husi ninia uma;
 - b) integrasaun husi Uma-kain iha Lista Uma-kain Eskluidu;
 - c) la selu prestasaun Apoiu Osan, tuir artigu 17;
 - d) inskrisaun la loos husi representante Uma-kain iha "Lista Benefisiáriu Apoiu Osan"; no
 - e) la simu husi justifikasaun kona ba la hola prezensa iha prosesu

- Beneficiários do Apoio Monetário”; e
- e) não aceitação da justificação de não comparência no processo de pagamento, nos termos do previsto nos artigos 5.º e 7.º.
 3. Tem legitimidade para reclamar o representante do “Uma Kain” ou, em situações devidamente justificadas, outro elemento do “Uma Kain” com idade igual ou superior a 17 anos.
 4. A reclamação pode ser apresentada desde a data do conhecimento dos factos, até quinze dias após a data de encerramento do processo de pagamento a nível nacional.
 5. A reclamações são dirigidas ao MSSI e apresentadas em formulário próprio, a aprovar pelos serviços competentes, nas sedes de Suco de residência do “Uma Kain”, nos Postos Administrativos ou em qualquer Centro Solidariedade Social do MSSI nos municípios.
 6. O reclamante deve apresentar, no ato de entrega da reclamação, os elementos de prova, nomeadamente documental ou testemunhal, relevantes para a resolução da sua pretensão.
 7. Recebida uma reclamação, deve a entidade receptora, proceder imediatamente ao respetivo registo de entrada e remessa para o Diretor-Geral da Solidariedade Social e Inclusão do MSSI, que procede à respetiva análise e preparação da decisão.
 8. Quando a decisão sobre a reclamação implique a prática de atos administrativos ou de atividades técnicas por parte de outras entidades públicas, devem as mesmas ser solicitadas de imediato, ficando a decisão da reclamação suspensa até à receção da resposta solicitada.
 9. As reclamações são decididas por despacho Diretor-Geral da Solidariedade Social e Inclusão do MSSI.
 10. O prazo para o órgão competente apreciar e decidir a reclamação é de quinze dias e é suspenso durante o período necessário à prática de atos administrativos por parte de outras entidades públicas, nos termos do n.º 8.
 11. Para efeitos do presente artigo, aplicam-se, subsidiariamente as normas sobre o procedimento administrativo constantes do Decreto-Lei 32/2008, pagamentu, tuir prevee iha artigo 5.º e 7.
 3. Iha lejitimidade atu hatudu reklamasaun mak representante Uma-kain, ka iha situasaun ne’ebé iha justifikasaun, elementu sira seluk husi Uma-kain ne’ebé ho idade n hanesan ka liu tinan 17.
 4. Reklamasaun ne’ebé bele hato’o hahú husi loron koñesimentu kona-ba faktu, to’o loron sanulu resin lima liu tiha data enseramentu prosesu pagamentu iha nivel nasional.
 5. Reklamasaun sira ne’e haruka ba MSSI no liu husi formuláriu ba servisu competente sira, iha ninia sede Suku, iha Postu Administrativu ka iha kualkér Sentru Solidariedade Sosiál MSSI nian iha munisípiu sira.
 6. Se mak apresenta reklamasaun tenke apresenta, iha ato entrega ba reklamasaun ne’e, elementu prova sira nia, liuliu dokumentál ka testemuñal, ne’ebé relevante ba rezolusaun ne’ebé nia buka.
 7. Bainhira simu ona reklamasaun, entidade reseptora, hala’o kedas ninia rejistu entrada no remessa ba Diretór-gerál Solidariedade Sosiál no Inkluzau MSSI nian, ne’ebé halo nia análise no halo preparasaun ba desizaun.
 8. Bainhira halo desizaun kona-ba reklamasaun entre prátika husi ato administrativu ka atividade técnica hosi entidade pública sira seluk, tenke husu kedas, no desizaun ba reklamasaun suspende to’o simu resposta ne’e.
 9. Reklamasaun sira decide husi despaxu husi Diretór-gerál Solidariedade Sosiál no Inkluzau MSSI nian.
 10. Prazu ba órgaun competente atu apresia no decide reklamasaun mak loron sanulu resin lima no hetan suspensaun durante período ne’ebé presiza ba prátika husi ato administrativu hosi entidade pública sira, tuir n.º 8.
 11. Ba efeito husi artigo ne’e, aplika regra sira husi prosedimentu administrativu husi dekretu-Lei 32/2008, loron 27 fulan-Agostu, liuliu kona-ba possibilidade atu hatama rekursu ierárkiku.

de 27 de Agosto, nomeadamente no que respeita à possibilidade de interposição de recurso hierárquico.

Artigo 20.º

Perda do direito ao recebimento da prestação

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os “Uma Kain” a quem o pagamento não foi realizado, perde o direito à respetiva prestação, se:
 - a) não reclamarem dessa decisão, dentro do prazo e nos termos do previsto no artigo anterior;
 - b) não apresentarem recurso hierárquico, nos termos do previsto no Decreto-Lei 32/2008, de 27 de Agosto, caso a reclamação apresentada seja indeferida; ou
 - c) tendo apresentado recurso hierárquico, seja o mesmo indeferido.
2. Nos termos do previsto nos artigos 5.º e 7.º, perdem também o direito à prestação no caso de não comparência no pagamento, os “Uma Kain” que não apresentem, dentro do prazo, o pedido de justificação, ou cujo pedido de justificação seja indeferido.

Artigo 21.º

Deferimento da reclamação ou recurso

Caso a reclamação ou recurso sejam deferidos, e haja lugar ao pagamento da respetiva prestação, aplicam-se com as necessárias adaptações os procedimentos previstos na secção III do presente diploma, podendo o respetivo pagamento ser acumulado com o de eventuais prestações futuras.

Secção V

Financiamento, orçamentação e disponibilização de verbas

Artigo 22º

Financiamento

Artigu 20.º

Lakon direitu atu simu prestasaun

1. Lahó prejuízu ba dispostu iha número tuirmai, Uma-kain ne'ebé la simu pagamentu, lakon direitu ba nia prestasaun karik:
 - a) la halo reklamasaun ba desizaun, iha prazu no tuir prevee iha artigu liu ba;
 - b) la hatudu rekursu ierárkiku, tuir prevee iha Dekretu-Lei 32/2008, husi loran 27 fulan-Agostu, karik reklamasaun ne'e indeferida; ka
 - c) hato'o rekursu ierárkiku, maibé hetan indeferidu.
2. Tuir prevee iha artigu 5.º no artigu 7, sei lakon mós direitu ba prestasaun iha kazu la marka prezensa iha pagamentu, Uma-kain ne'ebé la apresenta, iha prazu nia laran, pedidu justifikasaun, ka ne'ebé pedidu justifikasaun ne'e hetan indeferidu.

Artigu 21.º

Deferimentu husi reklamasaun ka rekursu

Karik reklamasaun ka rekursu sira hetan deferidu, no iha tenke halo pagamentu ba prestasaun, aplika ho adaptasaun ne'ebé nesesáriu prosedimentu sira ne'ebé prevee iha seksaun III husi diploma ida ne'e, no pagamentu bele mós akumula ho prestasaun ruma iha futuru.

Seksaun V

Finansiamentu, orsamentasaun no disponibilizasaun husi verba sira

Artigu 22º

Finansiamentu

Nos termos do previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, o montante destinado ao pagamento do Apoio Monetário bem como o destinado a cobrir as despesas operacionais necessárias à respetiva implementação são assegurados pelo Fundo COVID-19, criado através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril.

Artigo 23.º

Orçamentação e disponibilização dos fundos destinados ao pagamento do Apoio Monetário

1. Para efeitos de preparação e realização dos pagamentos, o MSSI elabora com base na “Lista de Beneficiários do Apoio Monetário” e os meios a serem envolvidos, um orçamento, desagregado por Suco, das verbas necessárias ao pagamento do Apoio Monetário e das inerentes despesas operacionais.
2. O orçamento e respetivo pedido de autorização de despesa são submetidos ao Secretariado do Fundo COVID-19/Ministério das Finanças, juntamente com a “Lista de Beneficiários do Apoio Monetário” e acompanhado de uma proposta de calendarização dos pagamentos em cada Suco, no prazo máximo de 5 dias úteis.
3. O Secretariado do Fundo COVID-19/Ministério das Finanças aprova, no prazo máximo de 3 dias úteis após a receção da documentação prevista no número anterior, o calendário de pagamentos por Suco e procede à transferência:
 - a) das verbas aprovadas por Suco, para a conta bancária oficial de cada Suco; e
 - b) das verbas destinadas a fazer face às despesas operacionais, para a conta bancária do MSSI.
4. O Secretariado do Fundo COVID-19/Ministério das Finanças informa o MSSI da aprovação e realização das transferências previstas no número anterior.

Tuir prevee iha artigo 9.º de dekretu-Lei n.º 15/2020, husi loron 30 fulan-Abríl, osan atu selu Apoiu Osan no mós atu kobre despeza operasionál ne’ebé nesesáriu ba nia implementasaun hetan finansimentu husi Fundu COVID-19 ne’e ne’ebé harii liu hosi Lei n.º 2/2020, husi loron 6 fulan-abríl no tuir regulamentu husi dekretu-Lei n.º 12/2020, husi loron 14 fulan-abríl.

Artigu 23.º

Orsamentasaun no disponibilizasaun husi fundu sira atu halo pagamentu ba Apoiu Osan

1. Ba efeito preparasaun no hala’o husi pagamentu, MSSI prepara, bazeia ba "Lista Benefisiáriu Apoiu Osan" no meu sira ne’ebé atu envolve, orsamentu, tuir Suku, husi osan ne’ebé presiza atu selu Apoiu Osan no despeza operasionál sira.
2. Orsamentu no ninia pedidu autorizasaun despeza nian submete ba sekretariadu Fundu COVID-19/Ministériu Finansas nian, hamutuk ho "Lista Benefisiáriu Apoiu Osan" no akompañia hosi proposta kalendarizasaun ba pagamentu iha kada suku, iha prazu másimu loron servisu 5.
3. Sekretariadu Fundu COVID-19/Ministériu Finansas aprova, iha prazu másimu loron 3 nia laran hafoin simu dokumentasaun ne’ebé prevee iha número anteriór, kalendáriu pagamentu ba kada Suku no halo transferénsia:
 - a) hosi verba ne’ebé aprova tuir suku sira, ba konta bankária ofisiál Suku ida-idak nian; no
 - b) hosi verba atu hatán ba despeza operasionál ba konta bankária MSSI nian.
4. Sekretariadu Fundu COVID-19/Ministériu Finansas informa ba MSSI kona ba aprovasaun no transferénsia ne’ebé prevee iha número anteriór.

Artigo 24.º

Procedimentos de gestão, segurança, e guarda dos fundos para pagamento

1. Em função do calendário de pagamento aprovado para cada Suco, a Equipa de Pagamento e o Chefe de Suco procedem à estimação dos pagamentos a realizar em cada dia.
2. O Chefe de Suco procede ao levantamento das verbas acima identificadas para pagamentos, a partir da conta bancária oficial do Suco, junto de agência bancária ou unidade móvel do BNCTL – Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste.
3. As verbas levantadas são entregues diariamente à Equipa de Pagamento, sendo o acto de entrega certificado por declaração de entrega de valores, onde conste o valor entregue e assinado pelo Chefe de Suco e pelos membros da Equipa de Pagamento.
4. No final de cada dia de pagamento, o remanescente do dinheiro não utilizado em pagamentos é devolvido pela Equipa de Pagamento, ao Chefe de Suco, sendo o acto de entrega certificado por declaração de entrega de valores, onde conste o valor entregue, assinado pelo Chefe de Suco e pelos membros da Equipa de Pagamento.
5. Os membros das forças de segurança que integram as Equipas de Pagamento são garantes de todos os aspectos de segurança, e durante todo o processo de pagamento diário, dos fundos colocados à disposição das Equipas de Pagamento.
6. O Chefe de Suco, utiliza as equipas e os meios afectos ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, para guarda dos fundos, entre os períodos de final do dia de pagamento e início do dia seguinte de pagamento, assim como qualquer outro período de suspensão, interrupção ou conclusão do processo de pagamentos.
7. O Chefe de Suco solicita sempre à PNTL e à F-FDTL, assistência na segurança e protecção dos fundos, que incumbam ao Chefe de Suco recolher, guardar e entregar.
8. Terminado o processo de pagamentos num Suco, e existindo fundos remanescentes para devolução, deve o Chefe de Suco fazer o respectivo

Artigo 24.º

Prosedimentu husi jestaun, seguransa, no rai fundu sira ba pagamentu

1. Tuir kalendáriu pagamentu ne'ebé aprova ba kada Suku, ekipa Pagamentu no Xefe Suku halo estimative kona ba pagamentu hira mak halo kada loron.
2. Xefe suku halo levantamentu ba osan ne'ebé identifika iha leten, husi konta bankária ofisiál husi Suku ne'e, husi ajénsia bankária ka unidade móvel BNCTL – Banku Nasionál Komérsiu Timor-Leste nian.
3. Verba sira ne'e foti entrega loron loron ba Ekipa pagamentu, no entrega ne'e tenke hamutuk ho deklarasaun entrega osan, iha ne'ebé hakerek valór entrega no asina husi xefe suku no membru sira husi Ekipa Pagamentu.
4. Bainhira hotu kada loron pagamentu, osan restu ne'ebé la uza ba pagamentu fó fila fali husi ekipa Pagamentu ba xefe suku, hamutuk ho deklarasaun ne'e entrega osan, ne'ebé inklui valór entrega no asina husi xefe suku no membru sira husi Ekipa Pagamentu.
5. Membru sira husi forsa seguransa ne'ebé tama iha Ekipa Pagamentu mak garante aspetu hotu-hotu kona-ba seguransa, no durante prosesu pagamentu loron loron husi fundu ne'ebé fó ba Ekipa Pagamentu.
6. Xefe Suku utiliza ekipa sira no meu sira ne'ebé afetu ba Programa nasional Dezenvolvimentu Suku hodi halo rai fundu sira, entre loron ida hotu no loron tuir hahú no mó speríodu suspensaun, interupsaun ka konkluzsaun husi prosesu pagamentu.
7. Xefe Suku husu ba PNTL no F-FDTL atu apoiu iha seguransa no protesaun ba fundu sira ne'ebé responsabilidade husi Xefe Suku atu foti, rai ka entrega.
8. Bainhira hotu prosesu pagamentu iha Suku ida, no karik sei iha fundu resto atu fo fali, Xefe Suku tenke halo depóziitu kedas iha konta Tezouru tuir balansu finál husi pagamentu iha Suku, no haruka komprovalu ba Diretór-gerál Desentralizasaun Administrativa no Diretór-gerál Tezouru no mós entrega kópia husi dokumentu ba Ekipa Pagamentu.

depósito, de imediato, na conta do Tesouro, conforme o balanço final de pagamentos no Suco, e enviar o comprovativo ao Diretor-Geral da Descentralização Administrativa e ao Diretor-Geral do Tesouro, assim como entregar uma cópia do documento à respectiva Equipa de Pagamento.

Secção VI

Disposições finais

Artigo 25.º

Monitorização do processo e avaliação do impacto

1. Nos termos do previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de Abril, a Ministra da Solidariedade Social e Inclusão apresenta ao Governo um relatório sobre a implementação do presente diploma e o seu impacto nas famílias apoiadas, no prazo máximo de 3 meses a contar da entrada em vigor do mesmo.
2. Para efeitos da elaboração e preparação do relatório a que se refere o número anterior, é aprovado, por Despacho da Ministra da Solidariedade Social e Inclusão, um Plano de Avaliação do Impacto, que inclui a definição das entidades envolvidas, dos parâmetros de avaliação, da metodologia adoptada, e do processo de recolha de dados.

Artigo 26.º

Responsabilidade disciplinar, civil e criminal

1. As pessoas envolvidas na implementação do presente diploma respondem disciplinar, civil e criminalmente pelos respetivos atos e omissões, nos termos da lei.
2. As pessoas que perturbem ou impeçam a realização dos procedimentos previstos no presente diploma, respondem civil e criminalmente pelos respetivos atos, nos termos da lei.

Seksaun VI

Dispozisaun finál sira

Artigu 25.º

Monitorizasaun husi prosesu no avaliasaun husi impaktu

1. Tuir prevee iha artigu 8. º dekretu-Lei n. º 15/2020, husi loron 30 fulan-Abríl, Ministra Solidariedade Sosiál no Inkluzsaun apresenta ba Governu relatóriu kona-ba implementasaun ba diploma ida ne'e no nia impaktu ba uma kain sira ne'ebé hetan tulun ne'e, iha prazu másimu fulan 3 husi diploma ne'e tama iha vigor.
2. Hodi halo elaborasaun no preparasaun ba relatóriu ne'ebé refere iha número anteriór, hetan aprovasaun, husi Despaxu Ministra Solidariedade Sosiál no Inkluzsaun, Planu Avaliasaun ba Impaktu, ne'ebé inklui definisaun husi entidade sira ne'ebé envolve, parámetru avaliasaun, metodolojia, no prosesu halibur dadus.

Artigu 26.º

Responsabilidade dixiplinár, sivíl no kriminál

1. Ema sira ne'ebé envolve iha implementasaun ba diploma ida ne'e iha responsabilidade dixiplinár, sivíl no kriminál ba atos no omisaun sira, tuir lei.
2. Ema sira ne'ebé halo perturbasaun ka prevene realizasaun husi prosedimentu sira ne'ebé prevee iha diploma ne'e, iha responsabilidade sivíl no kriminál ba atos hirak ne'e, tuir lei.

Artigo 27.º
Formação

O MSSI e o MAE asseguram formação adequada e a disponibilização dos materiais informativos necessários aos elementos das equipas de pagamento e restantes intervenientes no processo.

Artigo 28.º
Socialização

O MSSI e o MAE garantem a socialização do presente diploma, bem como a divulgação de informação atualizada sobre a respetiva implementação, através dos seus canais próprios, dos órgãos de comunicação social e dos seus parceiros, antes, durante e após o período de pagamento do Apoio Monetário.

Artigo 29.º
Linha de apoio telefónico

1. O MSSI cria e disponibiliza uma linha de apoio telefónico destinada a prestar informação adequada aos “Uma Kain” relativamente às situações relacionadas com a implementação do presente diploma.
2. O MSSI aprova procedimentos específicos para o funcionamento da linha de apoio telefónico de modo a garantir a fiabilidade das informações prestadas, bem como a proteção de dados pessoais, nos termos do previsto no número seguinte.

Artigo 30.º
Proteção de dados pessoais

1. A recolha, utilização, tratamento e armazenagem de dados pessoais no

Artigo 27.º
Formasaun

MSSI no MAE garante formasaun adequadu no materiál informativu ne'ebé nesesáriu ba elementu sira husi ekipa pagamentu no interveniente seluk iha prosesu.

Artigo 28.º
Sosializasaun

MSSI no MAE garante sosializasaun husi diploma ida ne'e, nune'e mós divulgasaun husi informasaun atualizada kona-ba nia implementasaun, liu husi sira nia kanál rasik, husi órgaun komunikasaun sosiál no parseiru sira, molok, durante no hafoin períodu pagamentu Apoiu Osan.

Artigo 29.º
Liña apoiu telefone

1. MSSI kria no oferese liña husi apoiu telefóniku ne'ebé iha objetivu atu fó informasaun ne'ebé adequadu ba Uma-kain kona-ba situasaun ne'ebé relaciona ho implementasaun ba diploma ida ne'e.
2. MSSI aprova prosedimentu espesífiku kona-ba funcionamentu liña apoiu telefóniku atu nune'e garante kredibilidade husi informasaun ne'ebé fó, mós protesaun dadus pesoál, tuir prevee iha número tuirmai.

Artigo 30.º
Protesaun husi dadus privadu

1. Rekolla, utilizasaun, tratamentu no armazenamentu dadus privadu iha âmbito husi diploma ida ne'e ninia implementasaun hala'o hodi bele

âmbito da implementação do presente diploma é efetuada de modo a garantir a sua proteção, nos termos do previsto no artigo 38.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

2. Nas notificações realizadas por meio de edital serão divulgados exclusivamente os dados necessários ao conhecimento dos atos administrativos notificados, bem como o respetivo fundamento, pelos seus destinatários.

Artigo 31.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovado a 9 de Maio de 2020

A Ministra da Solidariedade Social e Inclusão

Armanda Berta dos Santos

O Ministro Interino da Administração Estatal,

Abílio José Caetano

garante sira-nia protesau, tuir prevee iha artigo 38.º husi Konstituisaun Repúblika Demokrátika Timor-Leste nian.

2. Iha notifikasaun ne'ebé hala'ó liu husi edital sei fó sai de'it dadus sira ne'ebé presiza ba koñesimentu husi ato administrativu sira ne'ebé notifikasaun, no ninia fundamentu, ba destinatáriu sira.

Artigu 31.º
Tama iha vigor

Diploma ne'e tama iha vigor iha loron tuir ninia publikasaun.

Aprova iha loron 9 fulan-Maiu 2020

Ministra Solidariedade Sosiál no Inkluzau

Armanda Berta dos Santos

Ministru Interinu Administrasaun Estatál,

Abílio José Caetano